



Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento

**Ata Executiva**  
**2ª Reunião de Trabalho**

**DATA**

09 de novembro de 2023

**LOCAL**

Brasília – Casa Civil da Presidência a República - Sala 98, 4º andar

**PAUTA**

<b>1</b>	<b>ABERTURA</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, Sr. Geraldo Alckmin – 3 min</li><li>• Ministro da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Rui Costa – 3 min</li><li>• Ministra do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva – 3 min</li></ul>
<b>2</b>	<b>APRESENTAÇÃO DA PAUTA DA REUNIÃO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Apresentação da taxa anual de desmatamento na Amazônia (PRODES 2022-2023)</li><li>• Balanço da implementação do Plano de Ação para a Prevenção e Combate do Desmatamento da Amazônia (PPCDAm) em 2023 e Ações estratégicas dos Ministérios no PPCDAm para 2024</li><li>• Informes</li></ul>
<b>3</b>	<b>APRESENTAÇÃO DA TAXA ANUAL DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA (PRODES 2022-2023)</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sr. João Paulo Capobianco – 5 min</li><li>• Coordenador do Programa de Monitoramento da Amazônia e Demais Biomas Brasileiros do INPE - 5 min</li></ul>
<b>4</b>	<b>BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E COMBATE DO DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA (PPCDAM) EM 2023 E AÇÕES ESTRATÉGICAS DOS MINISTÉRIOS NO PPCDAM PARA 2024</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial, Sr. André Lima – 15 min</li><li>• Abertura para falas dos demais Ministros – 15 min</li></ul>
<b>5</b>	<b>INFORMES</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Atualização Sobre Processo De Elaboração Do Plano De Ação Para A Prevenção E Combate Do Desmatamento E Das Queimadas No Bioma Cerrado (PPCerrado)</li></ul>
<b>6</b>	<b>ENCERRAMENTO DA REUNIÃO</b>



## **Autoridades presentes**

- Rui Costa / MINISTRO DE ESTADO / Casa Civil da Presidência da República
- Ricardo Garcia Cappelli / SECRETÁRIO EXECUTIVO / Ministério da Justiça e Segurança Pública
- JOSE MUCIO MONTEIRO FILHO / Ministro de Estado da Defesa / Ministério da Defesa
- CINARA WAGNER FREDO / Secretária-Geral Adjunta da Secretaria-Geral / Ministério da Defesa
- MARIA LAURA DA ROCHA / Secretária-Geral das Relações Exteriores / Ministério das Relações Exteriores
- Rafael Ramalho Dubeux / Assessor(a) Especial do(a) Ministro(a) da Fazenda / Ministério da Fazenda
- GEORGE ANDRE PALERMO SANTORO / Secretário Executivo / Ministério dos Transportes
- CLOVES EDUARDO BENEVIDES / Subsecretário de Sustentabilidade / Ministério dos Transportes
- Carlos Henrique Baqueta Favaro / Ministro (a) de Estado / Ministério da Agricultura e Pecuária
- Pedro Alves Corrêa Neto / Secretário (a) Adjunto (a) da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI/MAPA / Ministério da Agricultura e Pecuária
- DEBORA MABEL NOGUEIRA GUIMARAES / Assessor(a) / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- GILBERTO CARVALHO / Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária / Ministério do Trabalho e Emprego
- MARCIO FERNANDO ELIAS ROSA / Secretário(a)-executivo(a) da Secretaria-Executiva / Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
- MARIA CEICILENE ARAGAO MARTINS / Subsecretária de Sustentabilidade / Ministério de Minas e Energia
- Gustavo Jose De Guimaraes E Souza / Secretário Executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento / Ministério do Planejamento e Orçamento
- VIRGINIA DE ANGELIS OLIVEIRA DE PAULA / Diretor (a) de Programas das Áreas Econômicas e Especiais / Ministério do Planejamento e Orçamento
- Cristina Kiomi Mori / Secretário(a)-Executivo(a) / Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
- LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS / Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação / Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
- Gilvan Sampaio De Oliveira / Coordenador / Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
- Claudio Aparecido De Almeida / Chefe da Coordenação de Gestão de Projetos e Inovação Tecnológica - COGPI - INPE / Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
- MARIA OSMARINA MARINA DA SILVA VAZ DE LIMA / Ministra do Meio Ambiente / Ministério do Meio Ambiente
- Joao Paulo Ribeiro Capobianco / Secretário(a) Executivo(a) / Ministério do Meio Ambiente
- Andre Rodolfo De Lima / Secretário(a) Extraordinário(a) de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial / Ministério do Meio Ambiente
- Jair Schmitt / Diretor(a) de Proteção Ambiental / Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IARA VASCO FERREIRA / Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação / Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- GARO JOSEPH BATMANIAN / Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro / Ministério do Meio Ambiente
- Fernando Tatagiba / Agente Temporário Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMbio / Ministério do Meio Ambiente
- VALDER RIBEIRO DE MOURA / Secretário Executivo do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional / Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
- Luiz Paulo Teixeira Ferreira / Ministro / Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

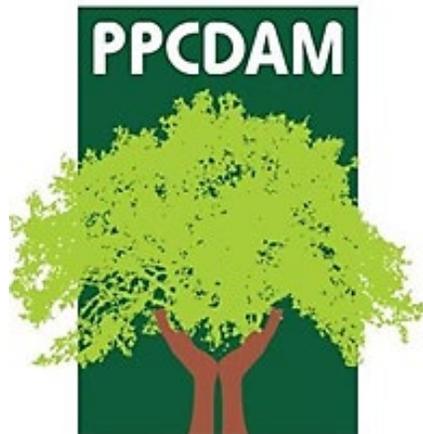


Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento

- ANDRE CARLOS ALVES DE PAULA FILHO / Ministro da Pesca e Aquicultura / Ministério da Pesca e Aquicultura
- SONIA BONE DE SOUSA SILVA SANTOS / Ministra de Estado / Ministério dos Povos Indígenas
- Joenia Batista De Carvalho / Presidente / Fundação Nacional do Índio
- MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS / Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República / Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
- Miriam Belchior / SECRETÁRIO-EXECUTIVO / Casa Civil da Presidência da República
- Julia Alves Marinho Rodrigues / Secretário Especial Adjunto da SAM/CC/PR / Casa Civil da Presidência da República
- Luciana Buainain Jacob / Gerente de Projetos da SAM/CC/PR / Casa Civil da Presidência da República

#### **ENCAMINHAMENTOS**

- O Plano de Ação para a Prevenção e Combate do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado será encaminhado à apreciação da subcomissão executiva do PPCerrado após a recepção das considerações advindas da consulta pública disponível entre os dias 13 de setembro a 13 de outubro de 2023.
- Posteriormente à aprovação pela subcomissão executiva, o Plano será encaminhado à Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento para sua aprovação final.
- A elaboração dos demais planos (Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica e Pampa) ocorrerá na sequência do PPCerrado.



Plano de Ação para Prevenção  
e Controle do Desmatamento  
na Amazônia Legal

# Resultados do PRODES 2022/2023 - Amazônia Legal -

MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE E  
MUDANÇA DO CLIMA



MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO



Brasília - DF, 09/11/2023



# Sistemas de monitoramento oficiais

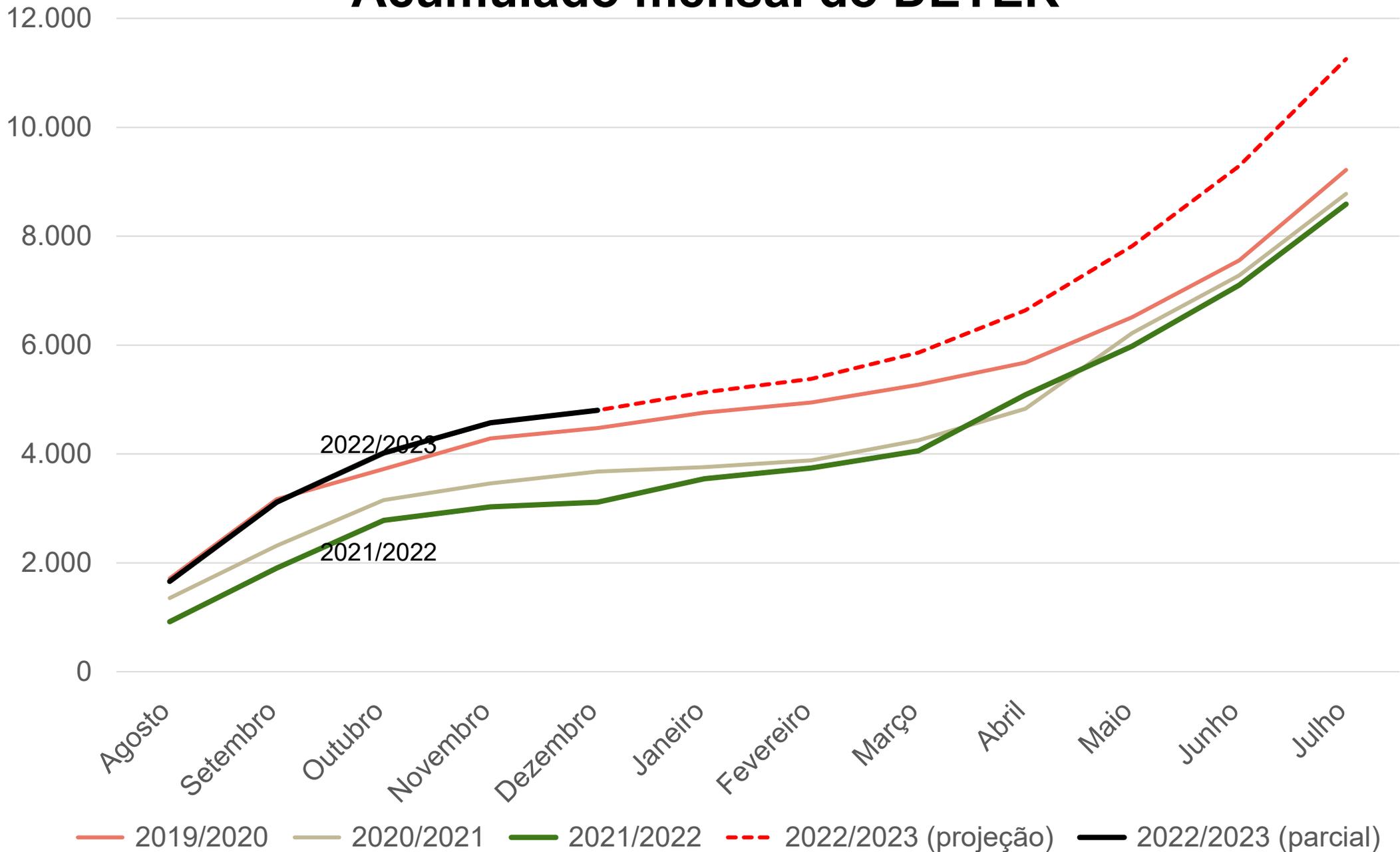
## PRODES

- ▶ INPE/MCTI
- ▶ Periodicidade anual
- ▶ Imagens de 1 de agosto a 31 de julho do ano seguinte
- ▶ Dados desde 1988
- ▶ Detecta desmatamento **corte raso e desmatamento por degradação progressiva** (ex. incêndios que destroem por completo estrutura arbórea)
- ▶ Imagens de satélite entre 10-30 metros

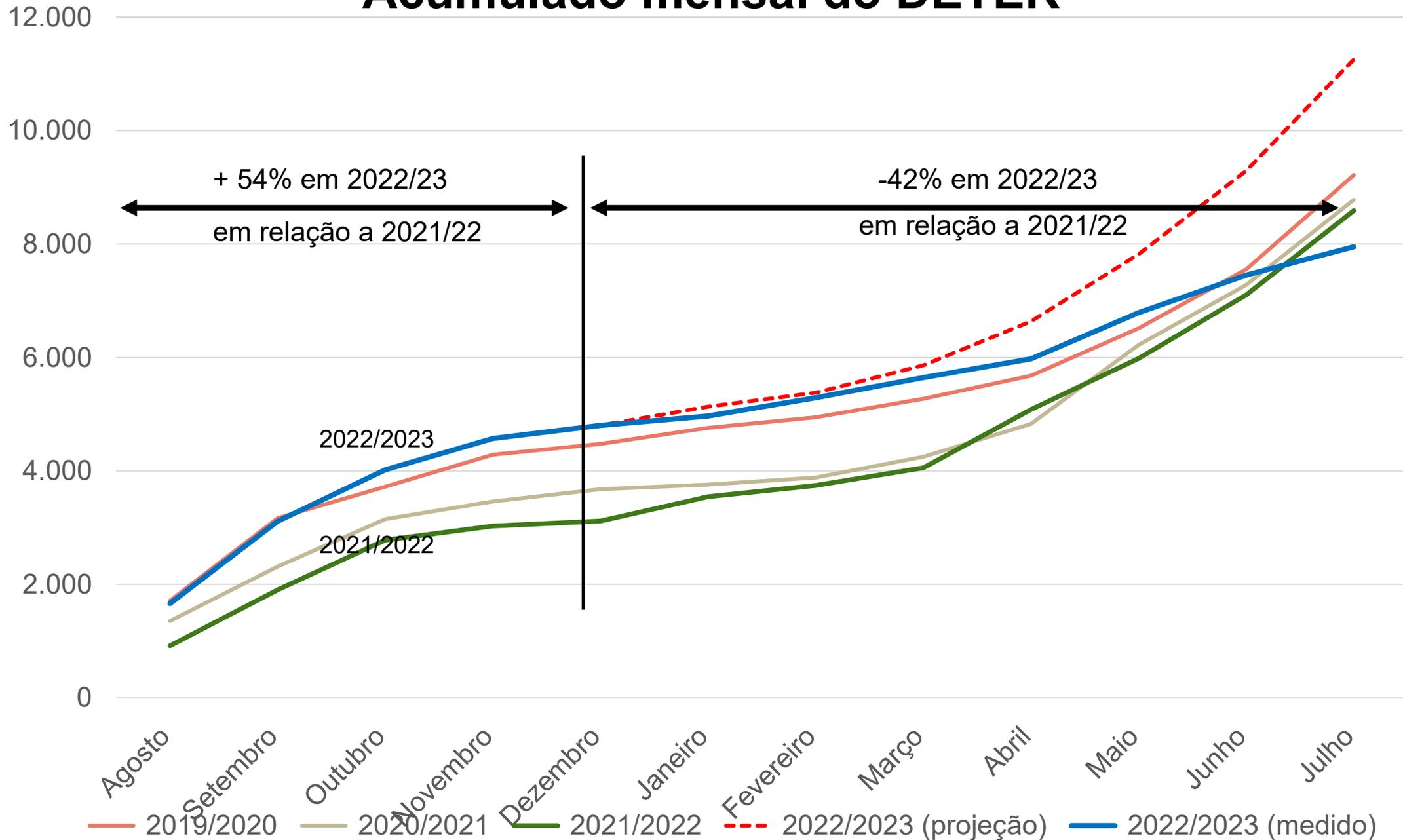
## DETER

- ▶ INPE/MCTI
- ▶ Alertas diários para apoio à fiscalização
- ▶ Dados desde 2004 mas com nova série desde 2015
- ▶ Detecta **corte raso e degradação**
- ▶ Agregados mensais dos alertas de corte raso apoiam a política de controle
- ▶ Imagens de satélite entre 10-60 metros

# Acumulado mensal do DETER



# Acumulado mensal do DETER



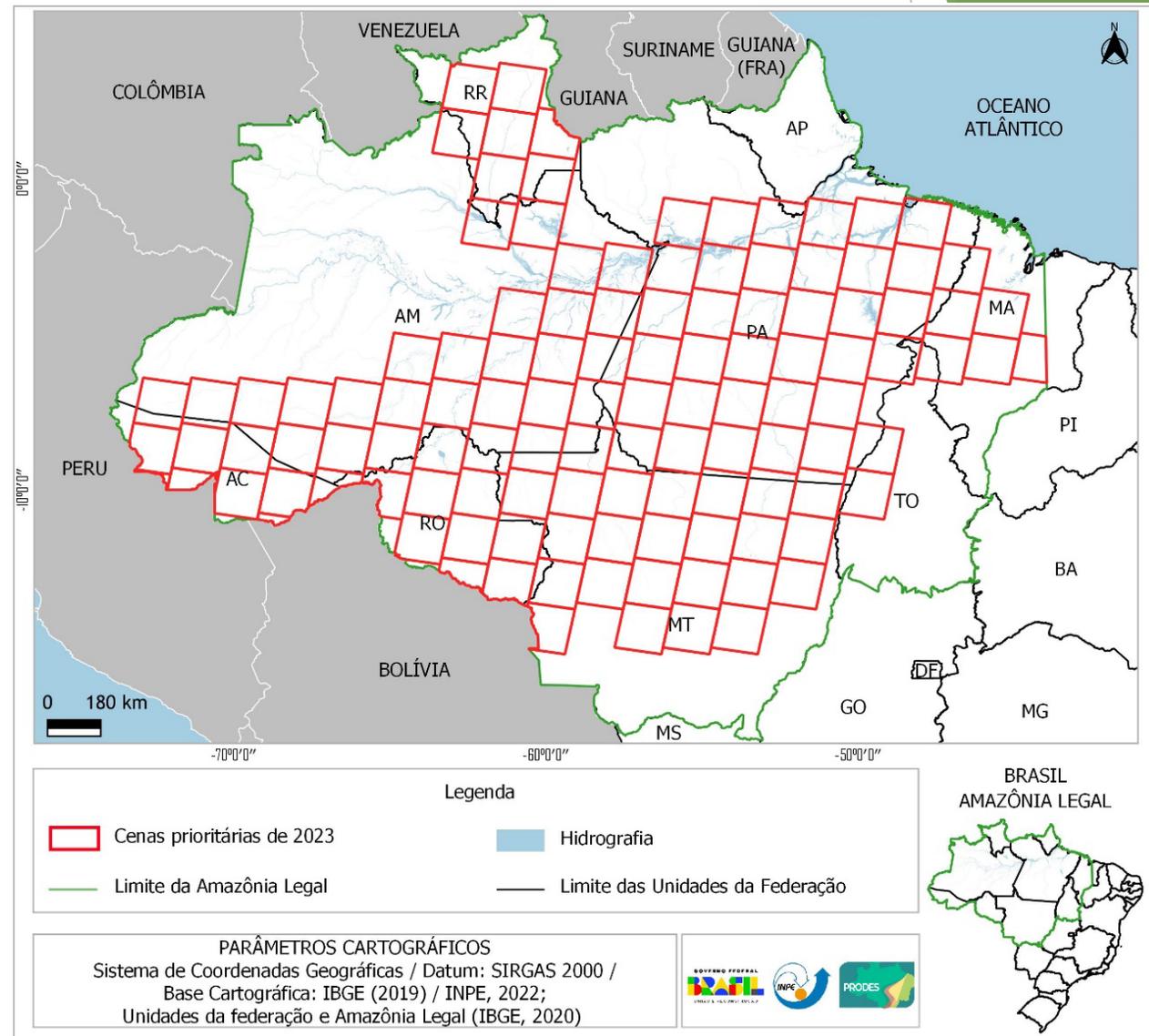
# Estimativa da Taxa 2023

**117 Cenas Prioritárias  
de 220**

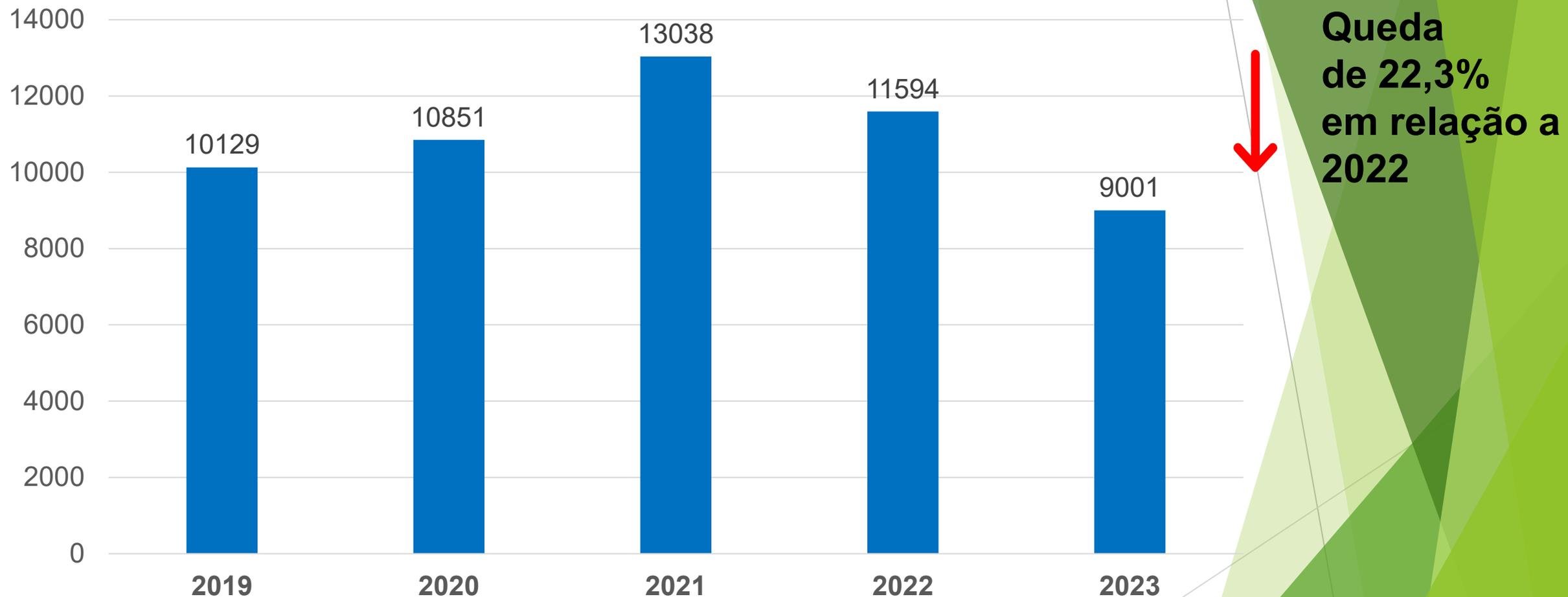
**90% PRODES  
2021/2022**

**90% DETER  
2022/2023**

Municípios Prioritários do  
MMA para controle do  
desmatamento



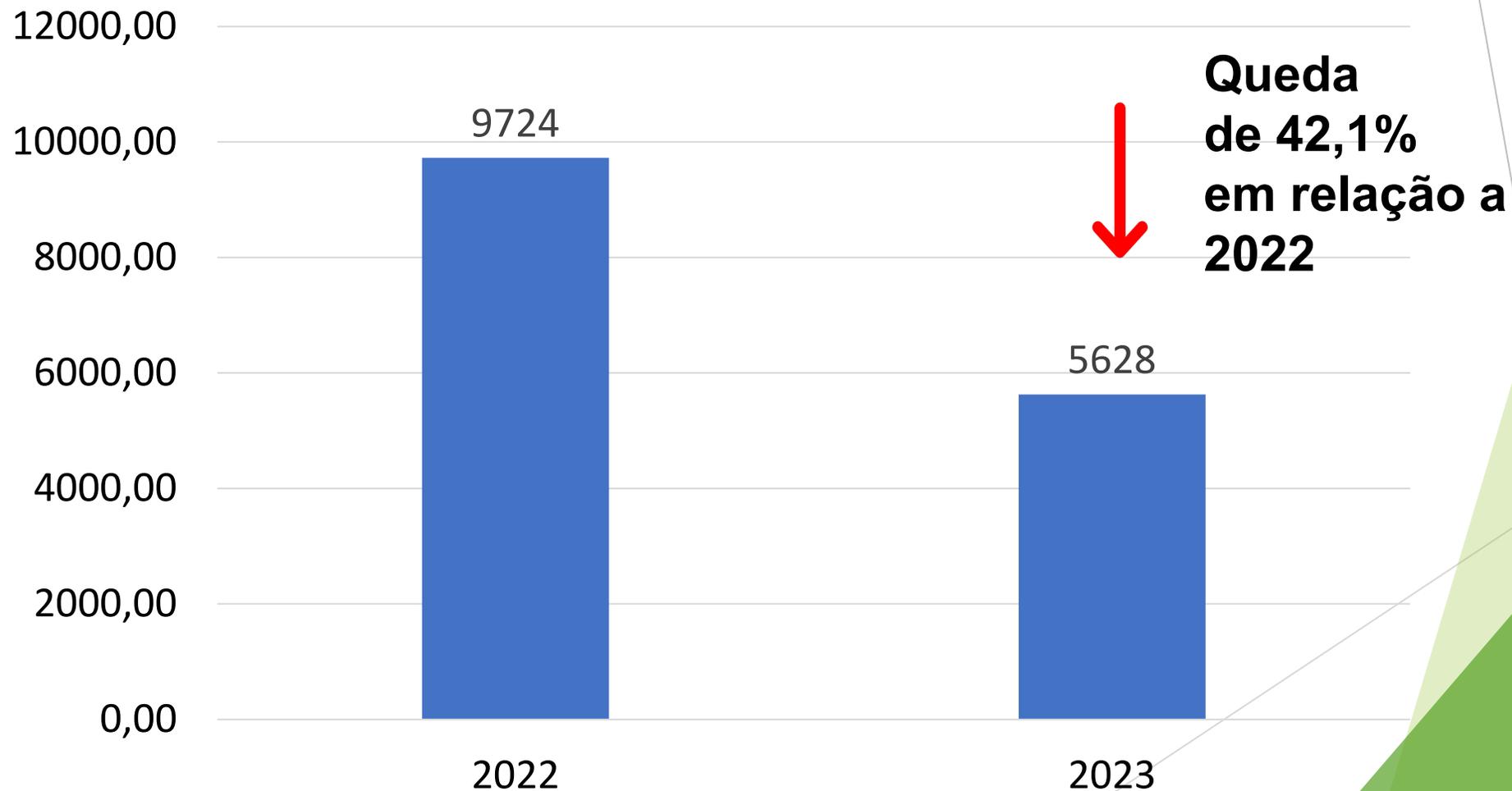
# PRODES Amazônia Legal



Taxa desmatamento 2023 (cenas prioritárias): **9.001 km<sup>2</sup>**  
Menor resultado desde 2018

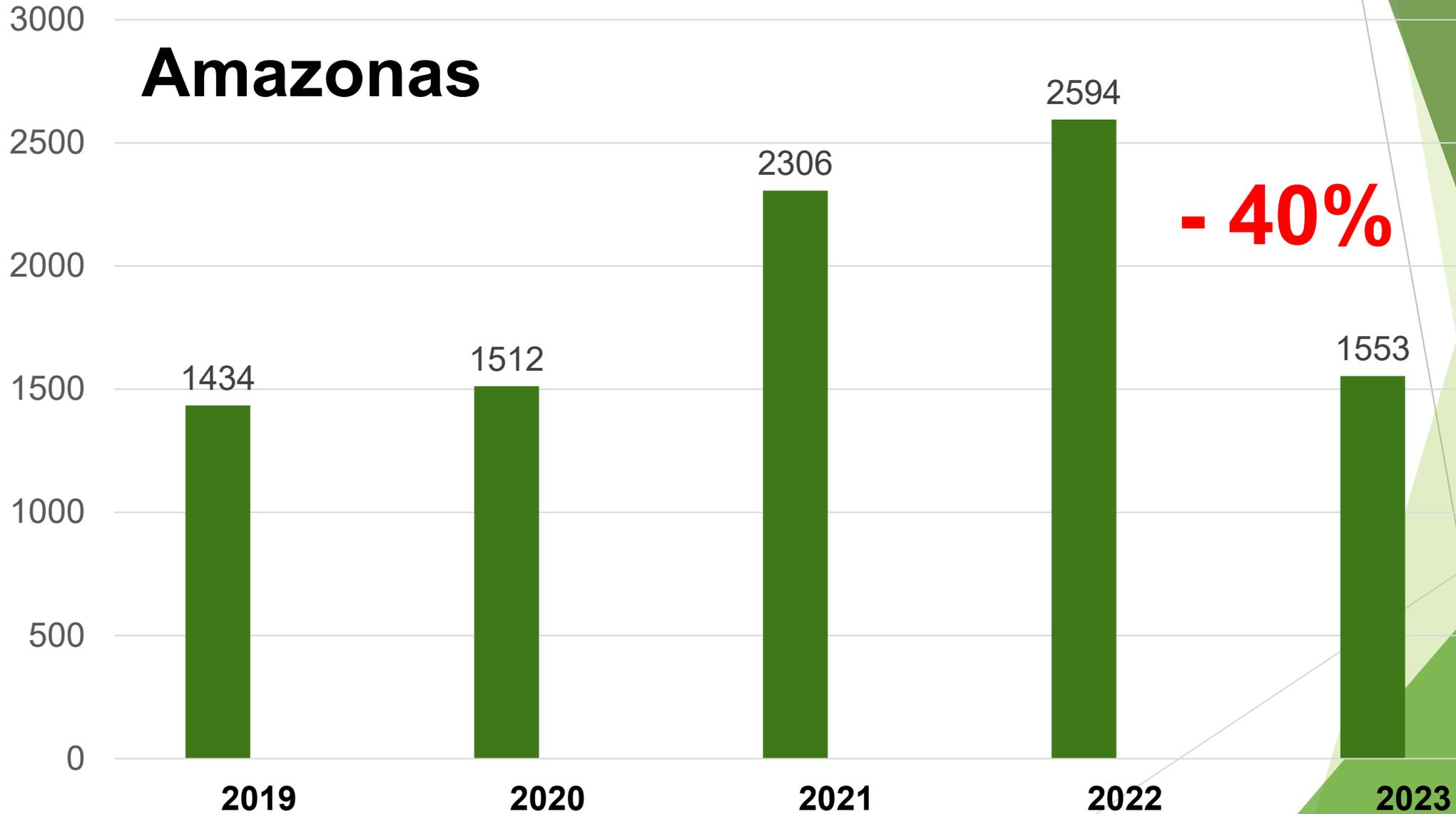
# PRODES Amazônia Legal

70 Municípios Prioritários = 73% do desmatamento em 2022

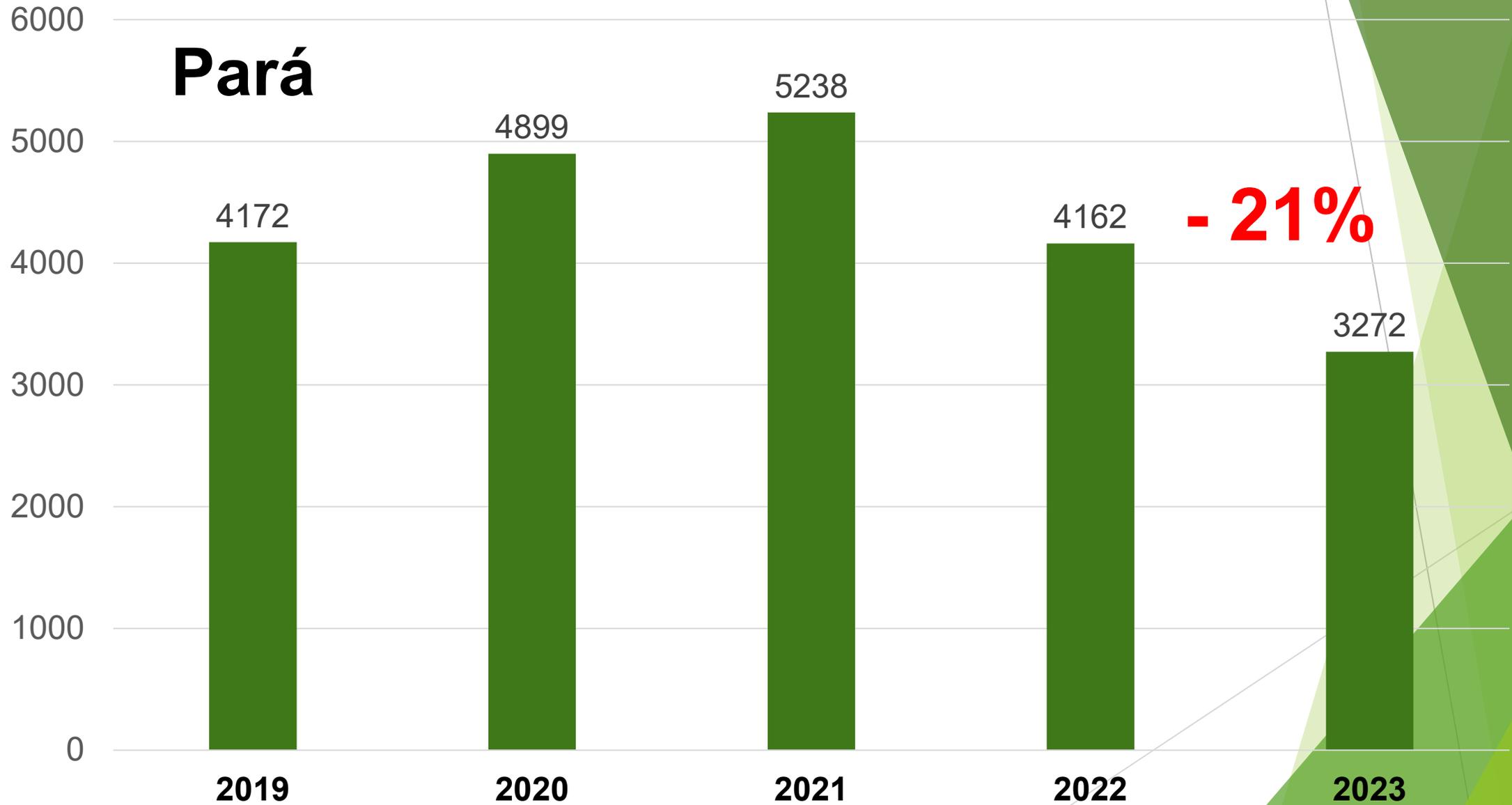


# PRODES – Taxas Estaduais (km<sup>2</sup>)

## Amazonas

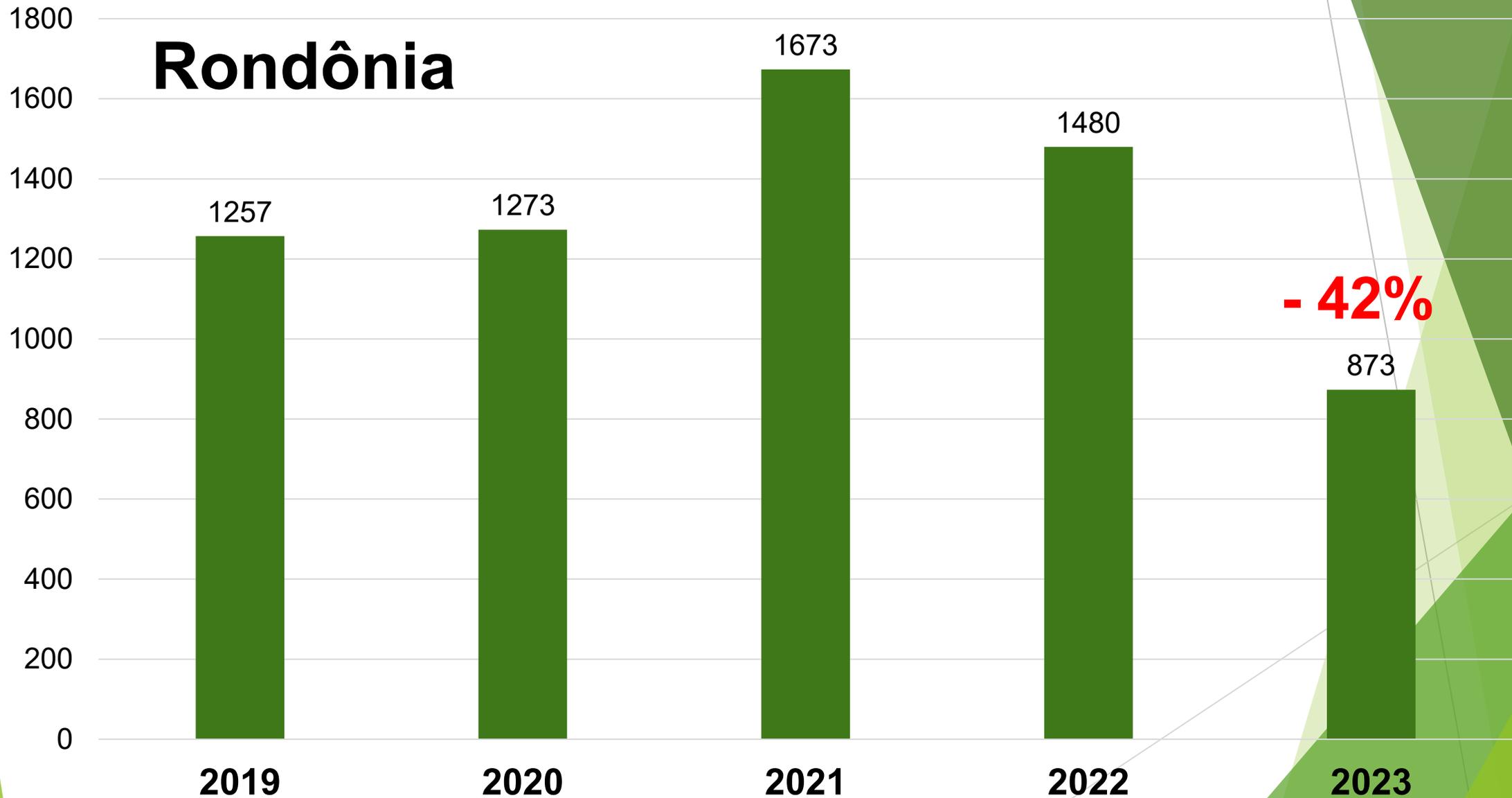


# PRODES – Taxas Estaduais (km<sup>2</sup>)



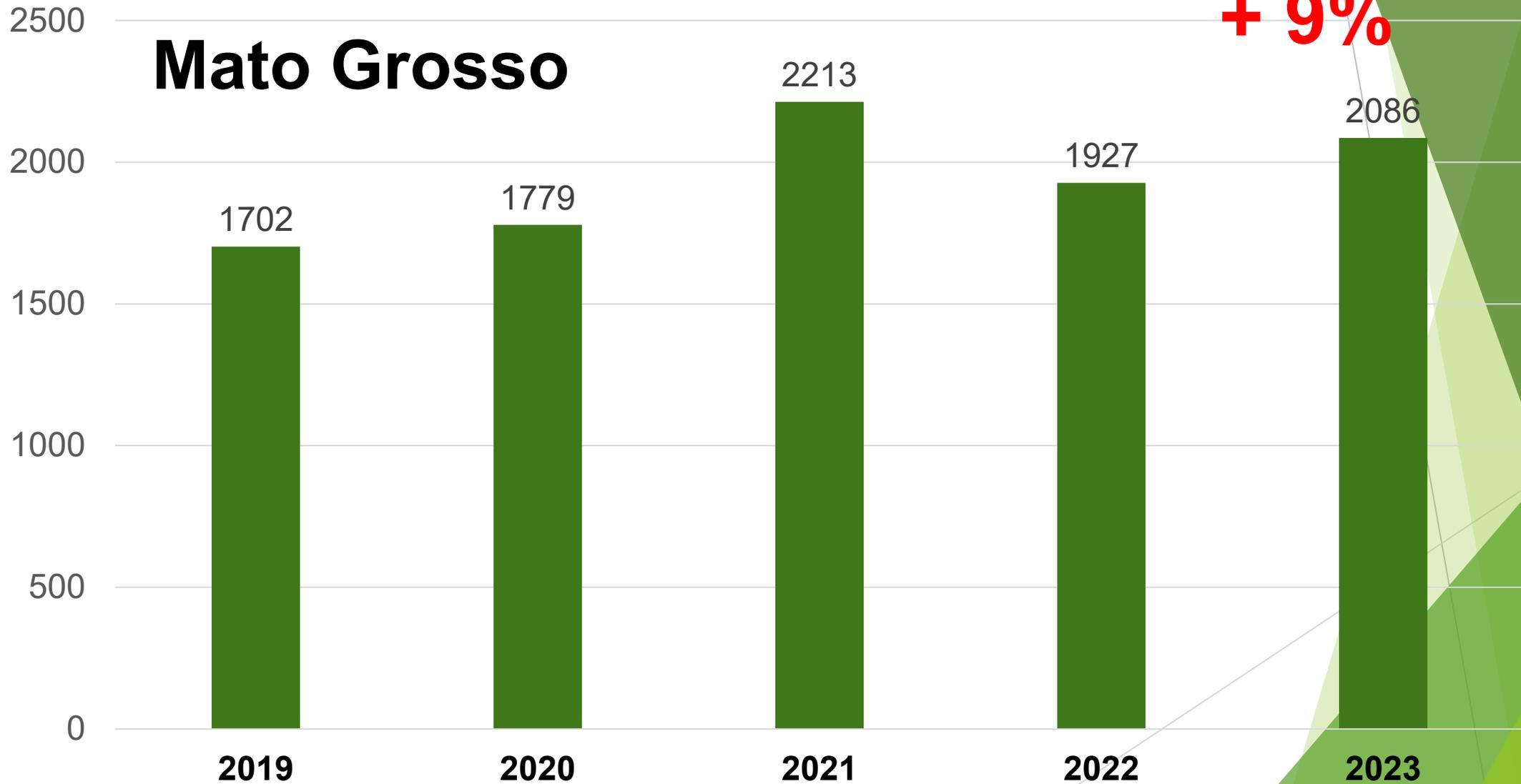
# PRODES – Taxas Estaduais (km<sup>2</sup>)

## Rondônia



# PRODES – Taxas Estaduais (km<sup>2</sup>)

## Mato Grosso





Plano de Ação para Prevenção  
e Controle do Desmatamento  
na Amazônia Legal

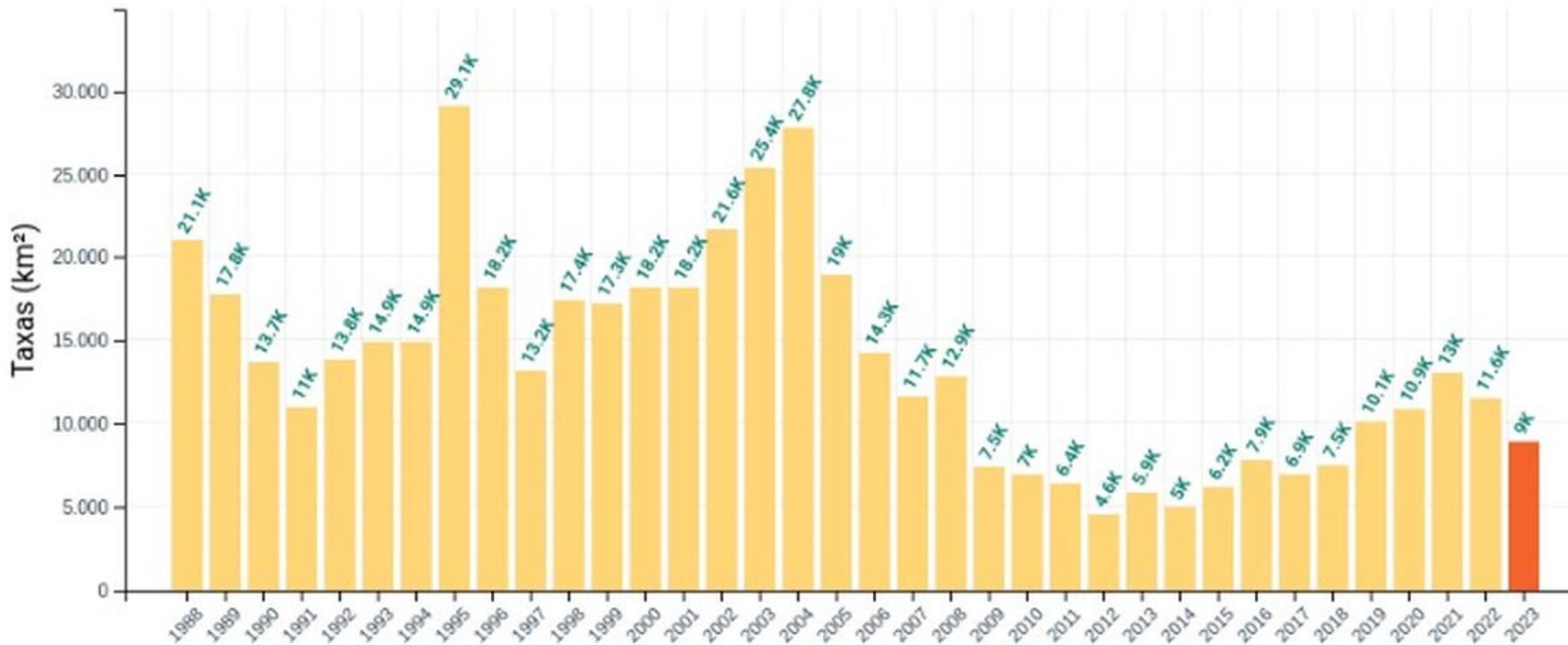
## Principais ações do PPCDAm para redução do desmatamento



# Série histórica dados Prodes/Inpe



## Taxas de desmatamento - Amazônia Legal - Estados

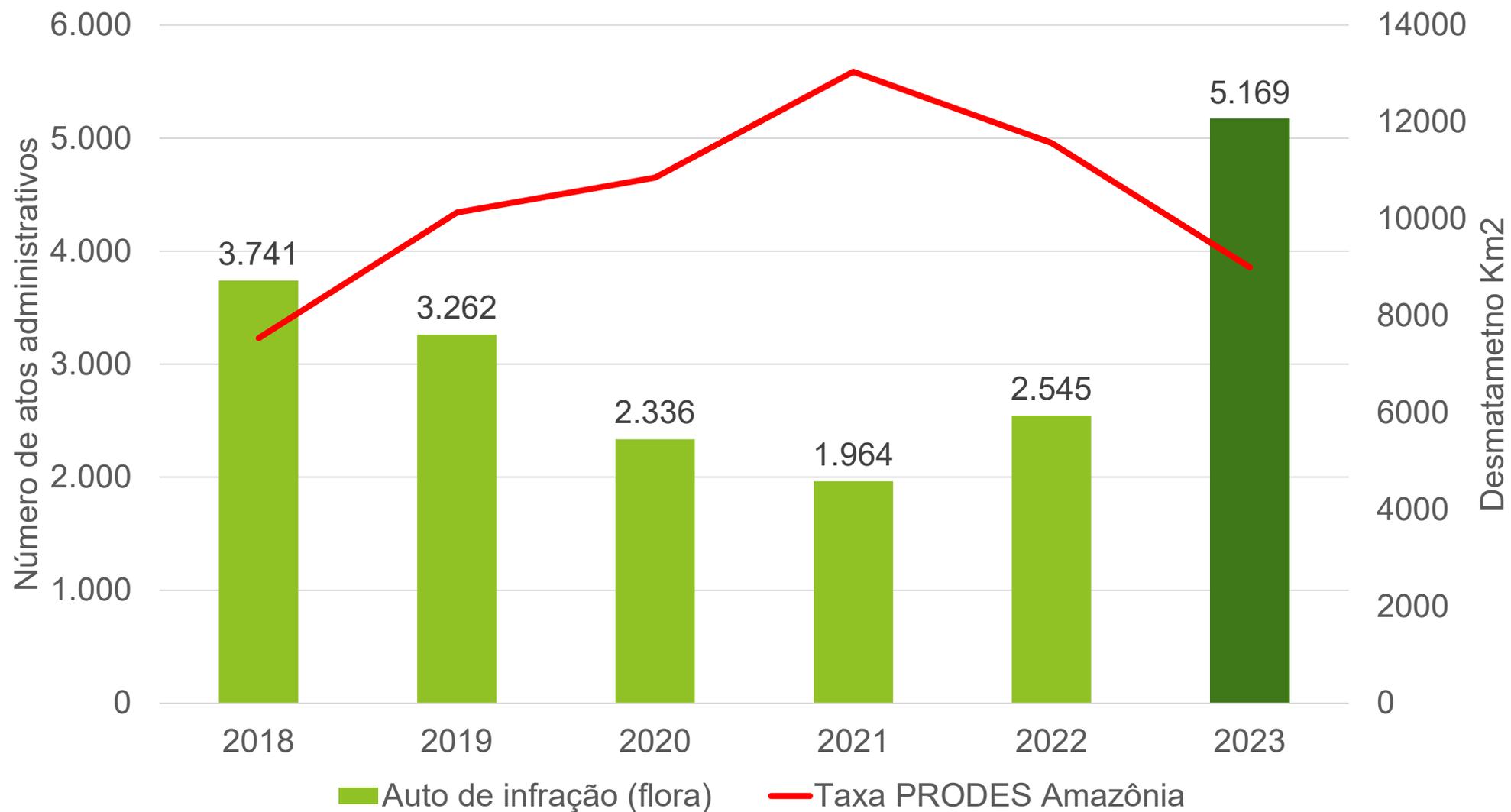


# Eixo Monitoramento e Controle Ambiental

- ▶ Aumento de multas e embargos com adoção de ações remotas
- ▶ Apreensão de produção e destruição de bens apreendidos em áreas embargadas por desmate ilegal
- ▶ Cancelamento, suspensão e pendência do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Florestas Públicas Não Destinadas e áreas privadas
- ▶ Articulação com estados (ex. Pará) para ações integradas de controle do desmatamento
- ▶ Ações de desintrusão e controle do espaço aéreo em Terras Indígenas (garimpos clandestinos)
- ▶ Fortalecimento do controle de ilícitos ambientais nas fronteiras (PPIF)

**Órgãos envolvidos:** Ibama/MMA, ICMBio/MMA, MMA, FNSP/MJSP, PF/MJSP, PRF/MJSP, EB/MD, FAB/MD, Marinha/MD, Censipam/MD, MD, Abin/CCPR, GSIPR, Funai/MPI, MPI

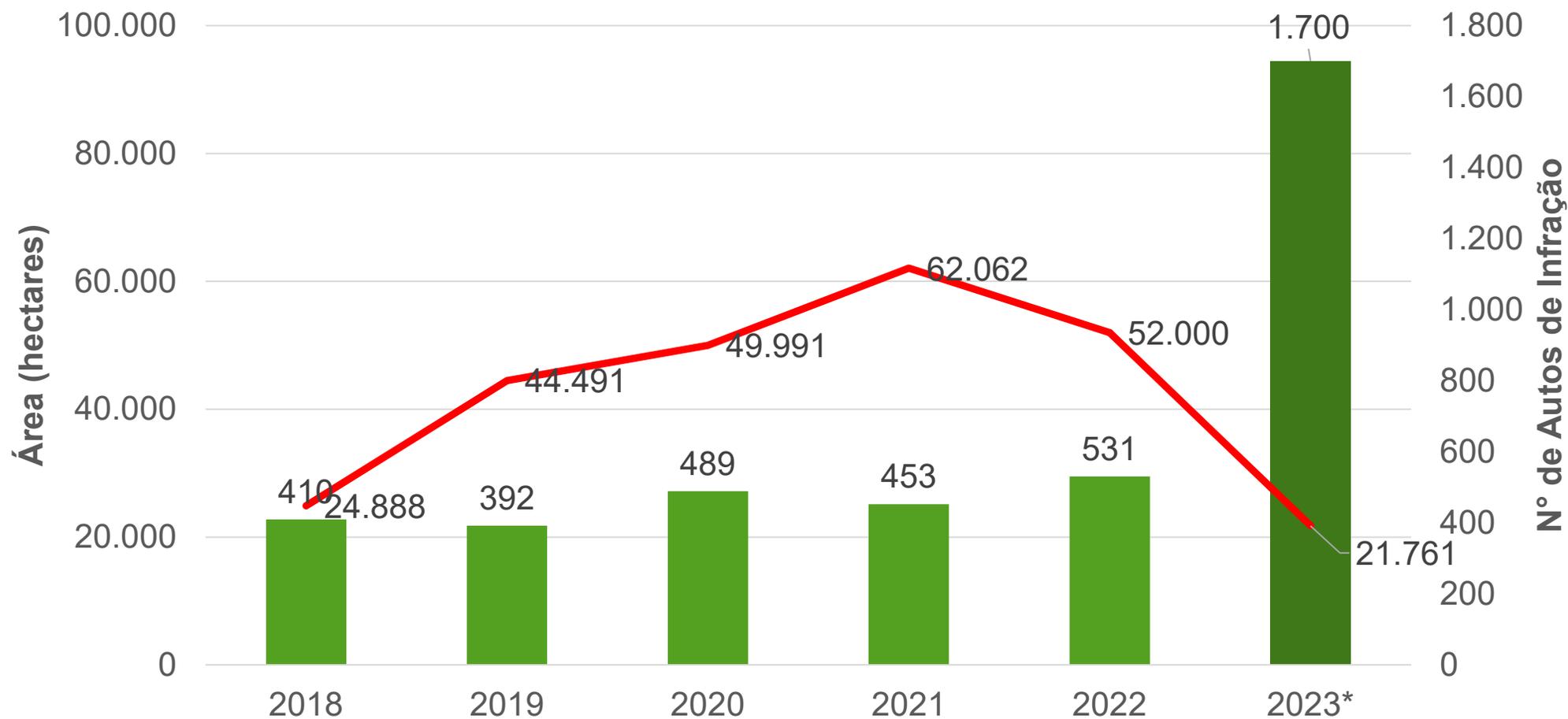
# Eixo Monitoramento e Controle (Ibama)



**Aumento de 104% no número de atos de infração em relação a 2021/22**

# Eixo Monitoramento e Controle (ICMBio)

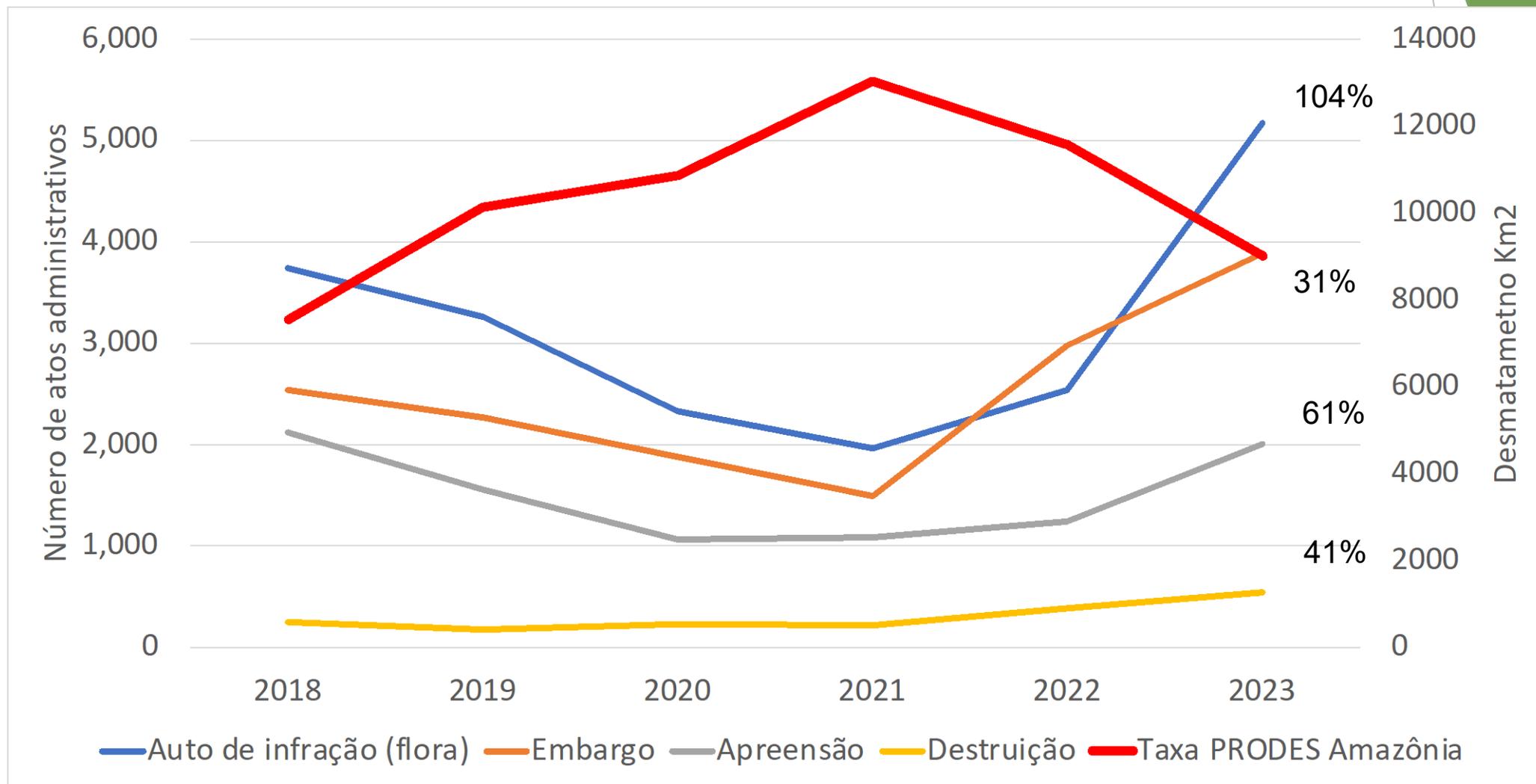
## DESMATAMENTO PRODES/INPE EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



**Aumento de 320% no número de autos de infração em relação a 2021/22**

**Redução de desmatamento em UC de 58%**

# Eixo Monitoramento e Controle (Ibama)



\* Atuação do IBAMA no ano florestal PRODES (Agosto-Julho)

# Eixo Atividades Produtivas Sustentáveis

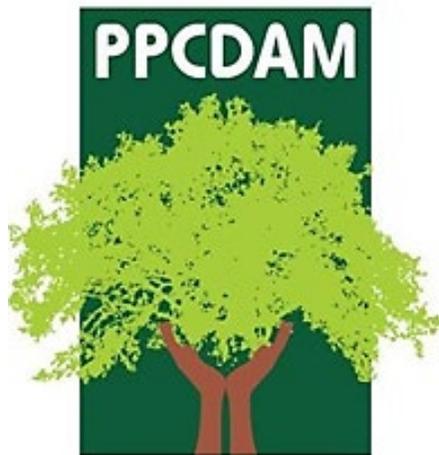
- ▶ Retomada do Programas de PSA e ATER do Floresta+ (R\$500 milhões), Bolsa Verde (R\$ 200 milhões) (MMA)
- ▶ Ampliação de Concessões Florestais em 878 mil ha (SFB/MMA)
- ▶ Plano Amazônia+Sustentável, apoio a 6 mil produtores, R\$ 80 milhões (MAPA)
- ▶ Estratégia Rota do Açaí e Iniciativas da Bioeconomia no Amapá (MIDR)
- ▶ Edital para compra de maquinários para apoiar produção extrativista nas cadeias da sociobiodiversidade (MDIC)
- ▶ Programa Luz para Todos (MME)
- ▶ Apoio de R\$ 60 milhões a pesquisas em biodiversidade, regeneração floresta e laboratórios satélites (MCTI)

# Eixo Ordenamento Territorial e Fundiário

- ▶ Reinstalação da Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas Federais Rurais - Dec. Fed. nº 11.688 de 05/09/23
  - ▶ Declaração de interesse na destinação de 3,75 milhões de hectares para estudos para novas UCs, áreas para concessões florestais
  - ▶ Indicação de mais de 3,8 milhões de hectares para estudos voltados para reconhecimento de Terras indígenas
  - ▶ Em análise declaração de mais 10 milhões de hectares (MMA, ICMBio, SFB e Funai)
  - ▶ Em estudo bloqueio de novas ocupações nas áreas declaradas de interesse (MMA, SPU/MGI)
- ▶ ÓRGÃOS ENVOLVIDOS: MDA, INCRA, MMA, ICMBIO, SFB, MPI, Funai, MPO, MGI

# Eixo Instrumentos Normativos e Econômicos

- ▶ Criação de marcadores verdes no orçamento público no PLOA (R\$ 20 bi) e Plano Plurianual (PPA) (50 programas em 24 órgãos) (MPO)
- ▶ Retomada do Fundo Amazônia, com declarações de interesse em novas doações de R\$ 3.5 bilhões (EUA, Reino Unido, Alemanha, União Europeia, Dinamarca e Suíça) (MMA, MRE e BNDES)
- ▶ Lançamento do Programa União com Municípios pela redução do desmatamento e incêndios florestais para 70 municípios (R\$ 600 milhões) (MMA e MDA)
- ▶ Plano Safra como indutor de agricultura de baixo carbono (MMA, MF, MAPA, MDA):
  - ▶ Bônus de 1% na taxa de juros para CAR validado e adoção de tecnológicas sustentáveis
  - ▶ Restrição de crédito rural para CAR suspenso, embargos estaduais e imóveis parcialmente sobrepostos a TI, UC e florestas públicas não destinadas (Resolução 5081/23 do CMN)
- ▶ Cadastro de clientes pelo titular do direito minerário (MME)
- ▶ Nota Fiscal Eletrônica do Ouro Ativo Financeiro (MF e MME)



Plano de Ação para Prevenção  
e Controle do Desmatamento  
na Amazônia Legal

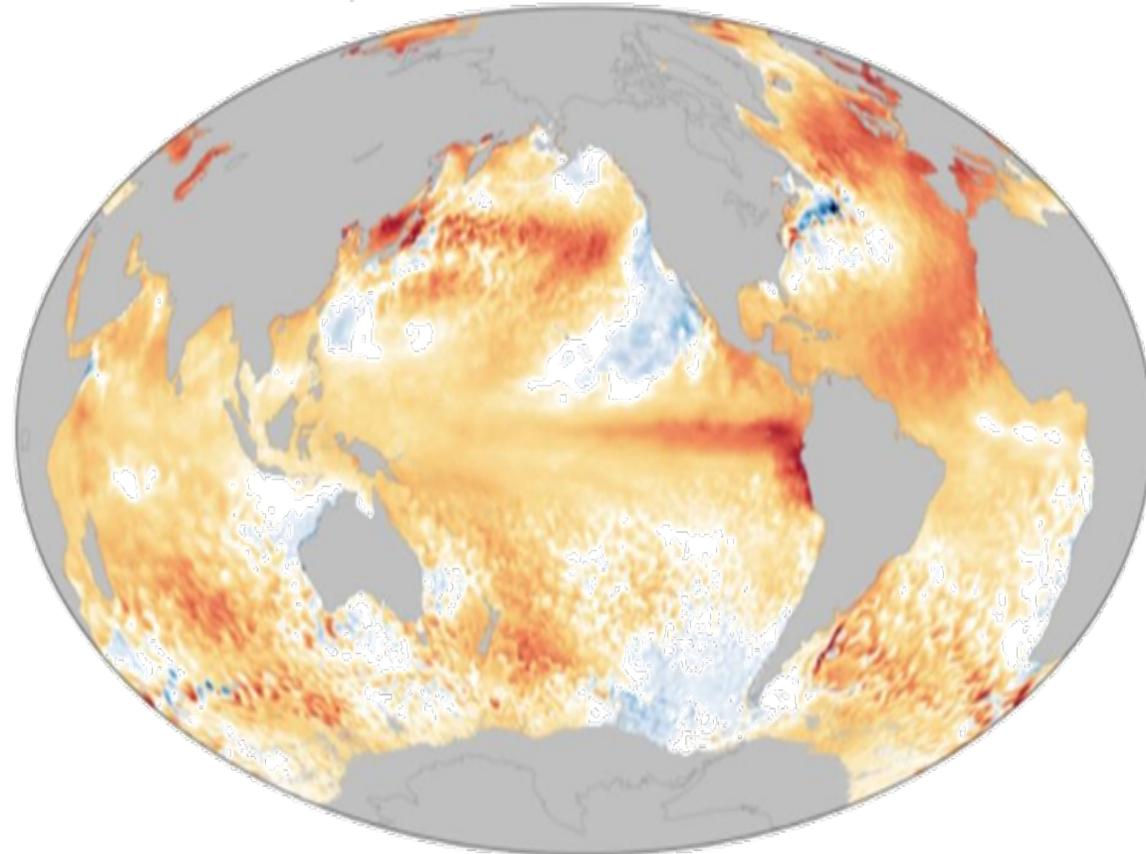
# Risco climático em 2024

MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE E  
MUDANÇA DO CLIMA

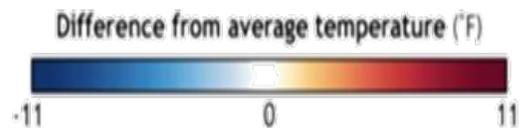


# Risco Climático

June 2023 El Niño with near-global ocean warmth



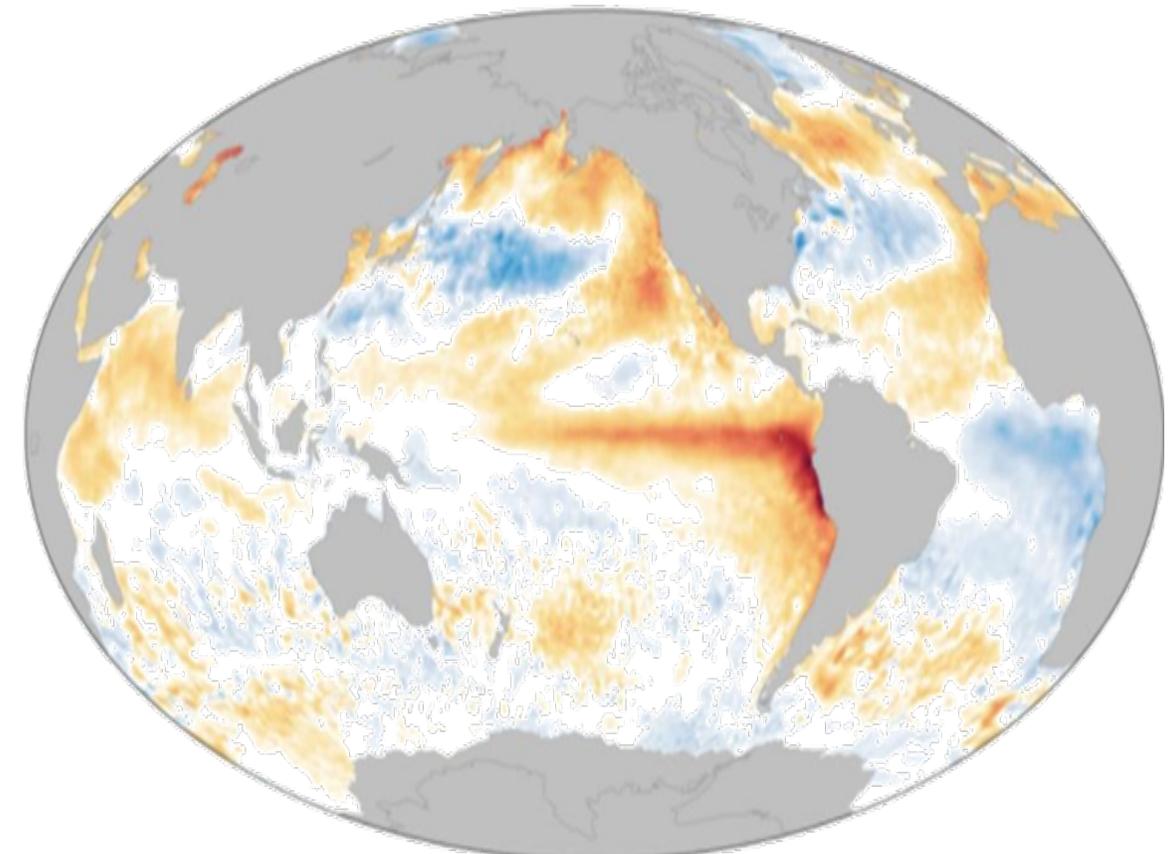
June 2023  
Compared to 1985-1993\*



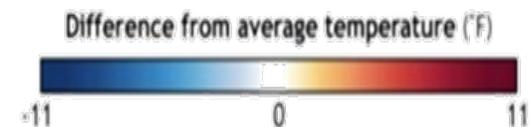
NOAA Climate.gov/NMVL  
Data: Coral Reef Watch

**El Niño 2023**

June 1997 El Niño



June 1997  
Compared to 1985-1993\*

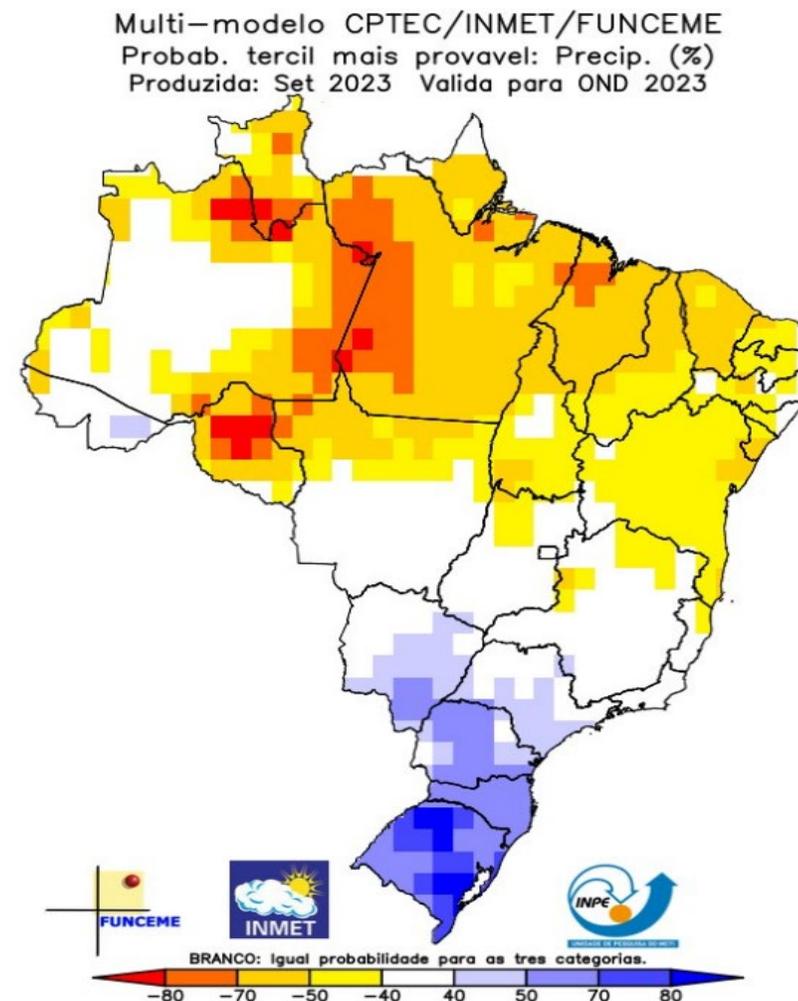


NOAA Climate.gov/NMVL  
Data: Coral Reef Watch

**El Niño 1997**

# Risco Climático

- ▶ Alta probabilidade de super *El Niño* com seca severa em 2024
- +
- ▶ Efeitos acumulados da alta de degradação em 2022/2023 fragiliza a estrutura florestal:
    - Maior vulnerabilidade a incêndios de grandes proporções, mesmo em áreas de floresta preservada
    - Risco de aumento do desmatamento por meio da degradação florestal





Plano de Ação para Prevenção  
e Controle do Desmatamento  
na Amazônia Legal

# Ações Estratégicas PPCDAm 2024

MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE E  
MUDANÇA DO CLIMA



# Eixo Atividades Produtivas Sustentáveis

- ▶ 23% do desmatamento na Amazônia em 2023 ocorreu em assentamentos rurais
- ▶ Desmatamentos até 25 ha representam 37% da área total
- ▶ Crucial políticas voltadas para pequenos produtores e assentamentos rurais
- ▶ Solução:
  - ▶ Escalar Floresta + e Bolsa Verde em articulação com União com Municípios
  - ▶ Programa União com Municípios (R\$ 150 milhões em 2024)
  - ▶ Programa Nacional de Florestas Produtivas do MDA (R\$ 13,7 milhões)
  - ▶ Desenvolver estratégia de fiscalização fundiária em Assentamentos (bloquear/anular reconcentração fundiária associada a desmatamento ilegal)

# Eixo Monitoramento e Controle Ambiental

- ▶ 45% do desmatamento de 2023 dentro de imóveis no CAR
- ▶ 23% do gado comprado diretamente pelos frigoríficos no PA em 2019/20 tem evidências de irregularidades (Auditoria MPF, 2022)
- ▶ 87% das áreas embargadas não são cumpridas na Amazônia (da Silva et. al, 2022)
- ▶ Modalidade atual de fiscalização insustentável no longo prazo
- ▶ **Soluções:**
  - ▶ Implementação AMAS apoiado pelo Fundo Amazônia com fortalecimento das ações de inteligência e combate ao crime organizado (MJSP/MMA/Abin - CCPR)
  - ▶ Fortalecimento dos órgãos e dos instrumentos (ex. CAR) de monitoramento, comando e controle (MGI/MMA-Ibama e ICMBio)
  - ▶ Avanço na estratégia de embargo remoto em escala e monitoramento dos embargos, inclusive em degradação florestal (Ibama e ICMBio em parceria com estados)
  - ▶ Fiscalização das cadeias produtivas e implementação de sistema nacional de controle de origem ambiental e rastreabilidade da produção florestal e agropecuária (MMA/MAPA/MF)

# Eixo Monitoramento e Controle Ambiental

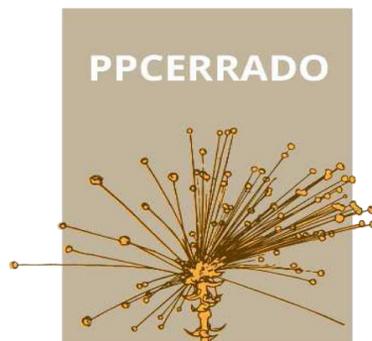
- ▶ Incremento de incêndios e degradação florestal em consequência do El Niño e mudança do clima
- ▶ **Soluções:**
  - ▶ Articulação para aprovação do PL 1818 de 2022 que Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (MMA/CC)
  - ▶ Aumento do apoio do Fundo Amazônia ao IBAMA/ICMBio, Estados, Corpo de Bombeiros e Municípios (MMA/BNDES)

# Eixo Ordenamento Territorial e Fundiário

- ▶ 15% do desmatamento de 2023 em Florestas Públicas Não Destinadas
- ▶ Grilagem de terras e especulação fundiária, principalmente no entorno da BR-319 e Ferrogrão
- ▶ **Soluções:**
  - ▶ Acelerar estudos sobre áreas encaminhadas em 2023 (aprox. 10 milhões ha) para criação de novas Unidades de Conservação e concessões florestais e apoiar demarcação de TIs nas áreas já destinadas (MMA/MDA/MGI/MPI)
  - ▶ Desenvolver parceria com CNJ e Fórum de Desembargadores pela Reg Fundiária, campanha Cartórios pelo Desmatamento Zero para saneamento registral-fundiário nos municípios críticos
  - ▶ Ações contra organizações criminosas voltadas para grilagem de terras (MJSP/MMA/Abin)
  - ▶ Alinhamento dos planos de infraestrutura com meta de desmatamento zero 2030 (MT/MME/MMA)

# Eixo Instrumentos Normativos e Econômicos

- ▶ Escalar Floresta + e Bolsa Verde em articulação com União com Municípios (MMA/MDA)
- ▶ Nova IN do MMA para o CAR (fortalecer papel de monitoramento e controle do CAR) (MGI/MMA)
- ▶ Regulamentar PSA e MBRE (MMA/MF)
- ▶ Resolução CONAMA com padrões de transparência nacionais para emissão de Autorização de Supressão de Vegetação Nativa (MMA)
- ▶ Aprimorar e expandir Plano Safra com aumento de benefícios para produção agropecuária sustentável (MAPA/MDA/MMA/MF)



Plano de Ação para Prevenção e  
Controle do Desmatamento no  
Cerrado

## Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado – PPCerrado (4ª Fase – 2023 a 2027)

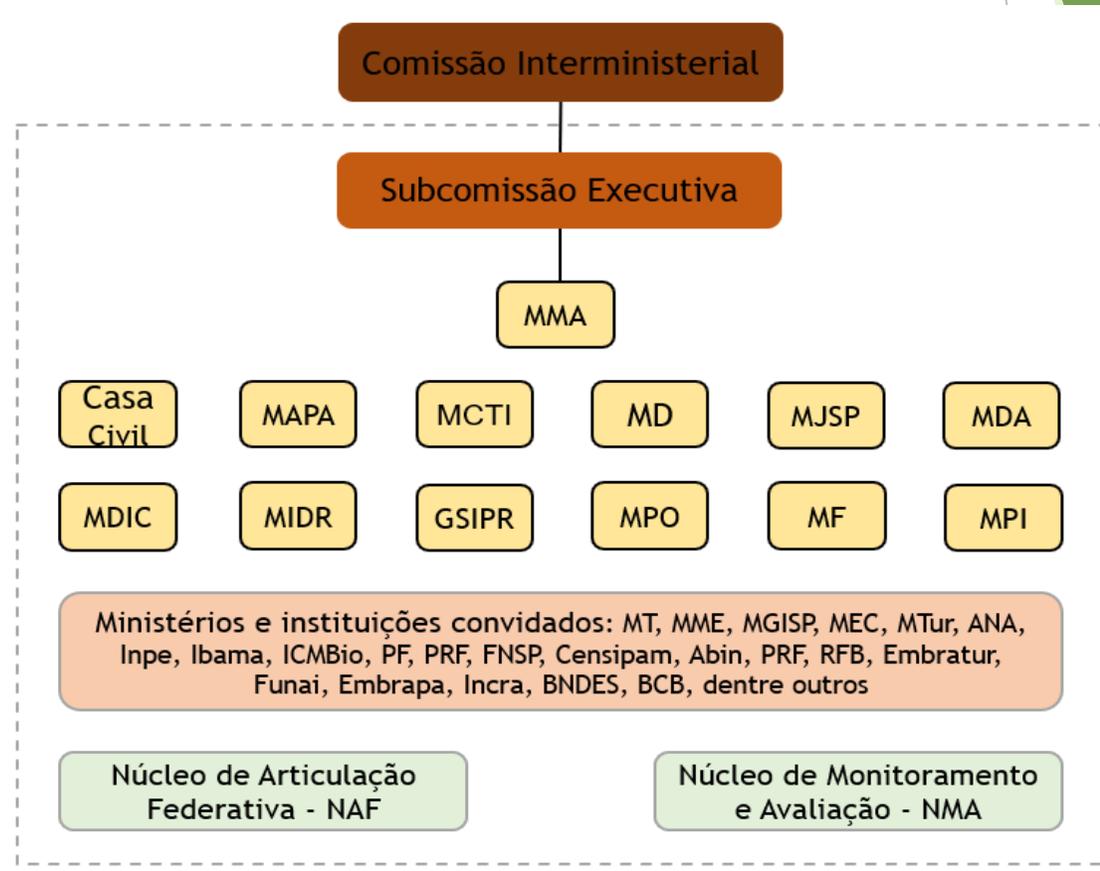
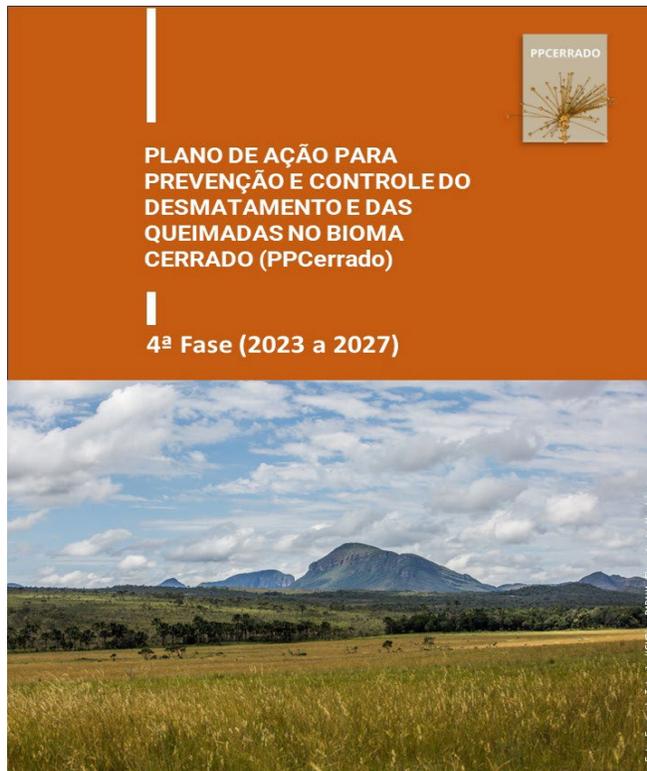
MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE E  
MUDANÇA DO CLIMA



# 4ª Fase do PPCerrado (2023 a 2027)

Retomada da gestão ambiental pelo governo federal

Decreto n. 11.367/2023 - Governança

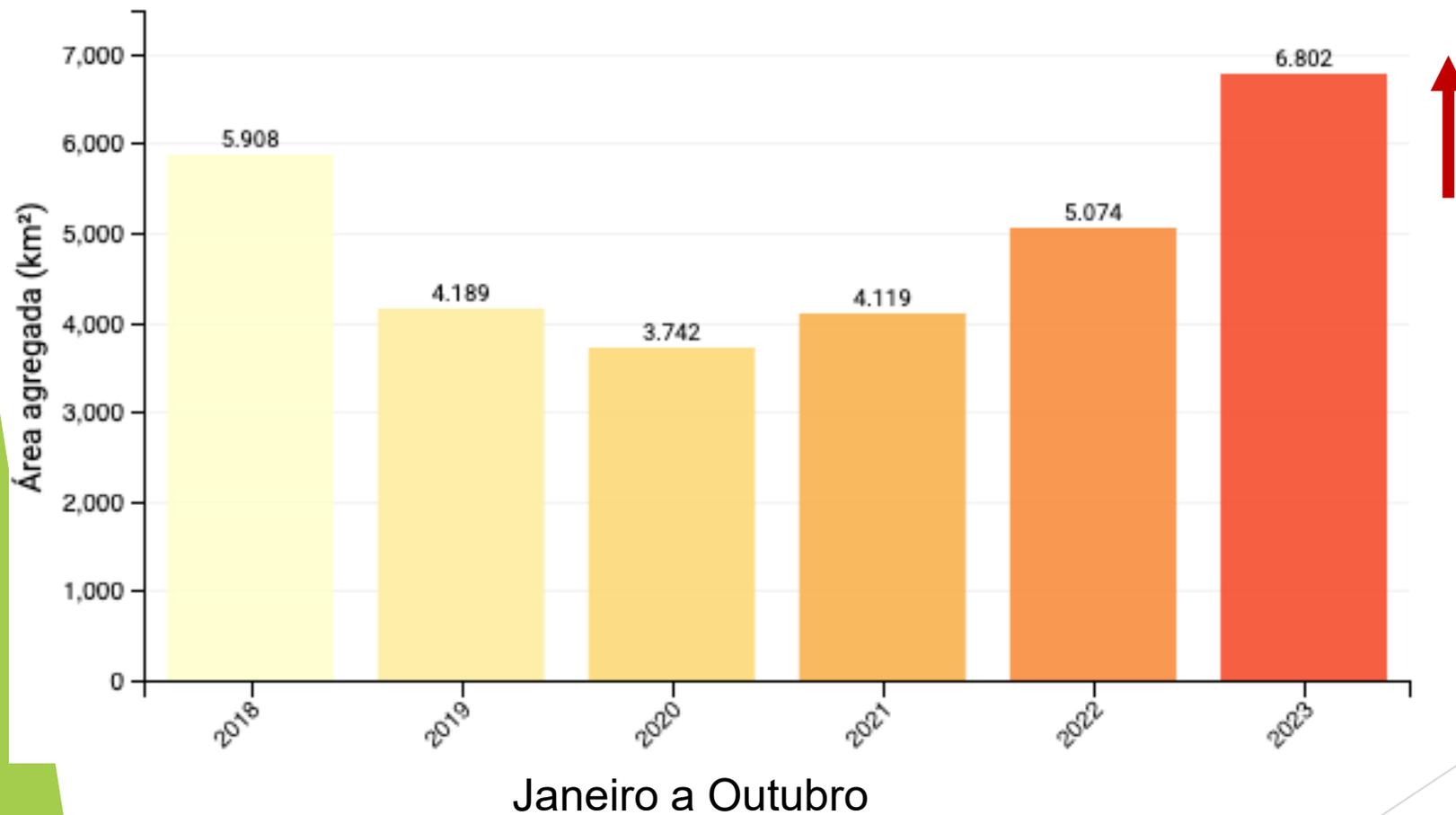


13 Ministérios:  
coordenação  
MMA

22 atores  
convidados entre  
ministérios e  
instituições  
federais  
vinculadas

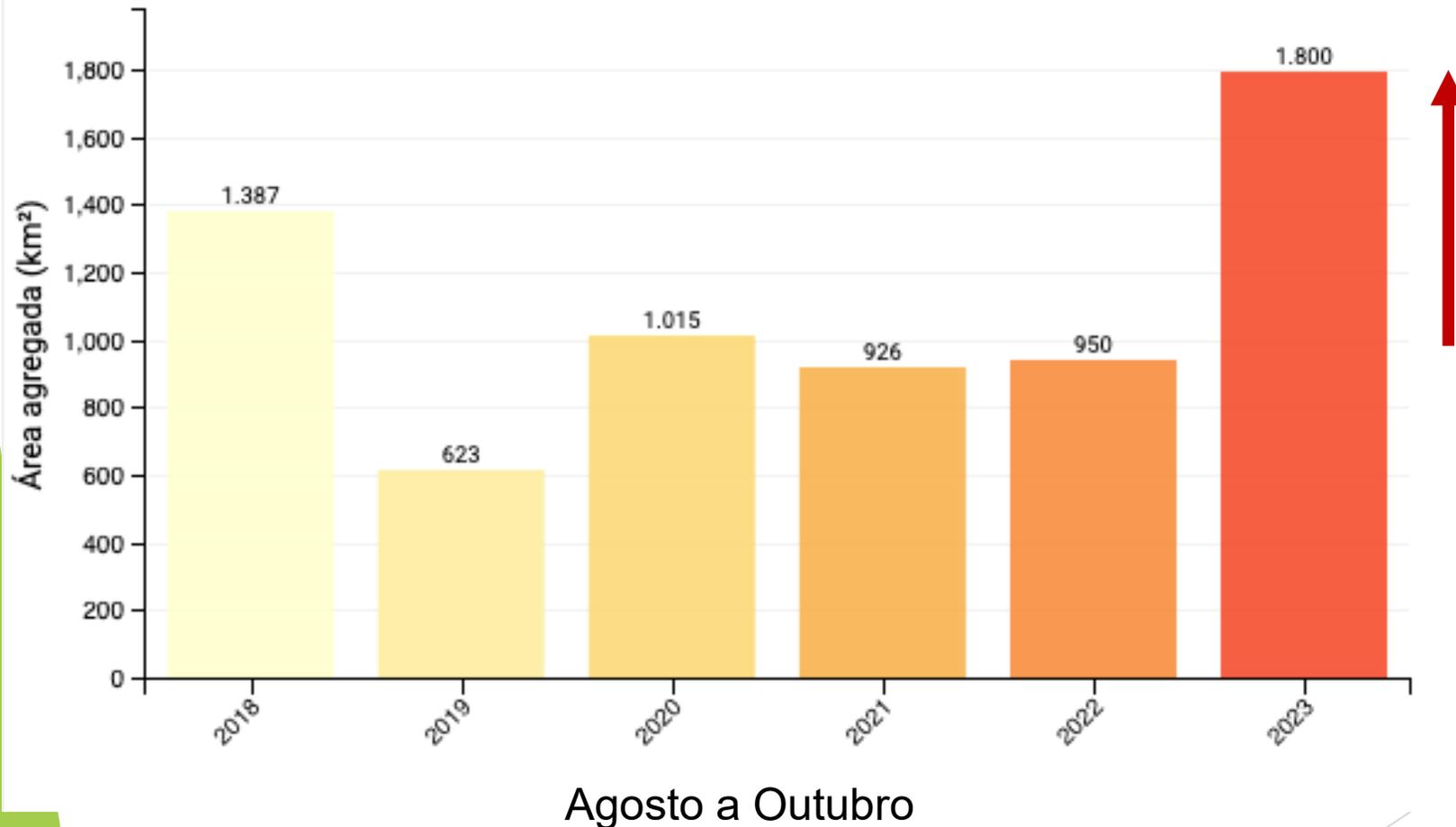
**Quadro-Síntese:** 12 Objetivos Estratégicos, 36 Resultados esperados, 78 Linhas de Ação e 172 metas

# Alertas de desmatamento no Cerrado (Janeiro a Outubro)



Aumento de  
34,1% em  
relação a 2022

# Alertas de desmatamento no Cerrado (Agosto a Outubro)



Aumento de  
89% em  
relação a 2022

Resultado  
aponta para o  
pior PRODES  
desde 2018

# Principais Ações do PPCerrado

- 1- Aprovar nova Resolução no CONAMA sobre Autorização de Supressão de Vegetação (ASVs) que obrigue os estados a fornecer e integrar (no sistema federal) dados mais precisos e úteis sobre desmatamentos legais. (Meta 12.16.1.1)
- 2- Vincular e compensar acesso a outorga de água para irrigação à conservação voluntária do Cerrado. (Linha de Ação 10.3.3)
- 3 - Aumentar as áreas protegidas federais no Cerrado. Apenas 8% do território do Bioma é coberto por unidades de conservação federais, sendo que menos da metade de proteção integral. (Metas 10.2.1.1 e 10.2.1.2)
- 4 - Garantia dos direitos territoriais de populações tradicionais e povos indígenas no Bioma Cerrado contra a grilagem de terras e a expulsão das terras tradicionalmente ocupadas e utilizadas de forma sustentável. (Meta 10.2.1.3)
- 5 - Aumentar o engajamento dos demais ministérios para ações de conservação, uso sustentável e recuperação florestal no Cerrado sobretudo na região do MATOPIBA (Cerrado do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia). (Linha de Ação 1.4.1)

# Principais Ações do PPCerrado

6 - Fortalecimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) hoje sob responsabilidade compartilhada entre MGI e MMA para retomada de sua função instrumento de gestão, monitoramento e controle do desmatamento ilegal. (Linhas de Ação 7.1.1 e 7.1.2)

7 - Aprovar e lançar, ainda este ano, o PPCerrado, em fase final de elaboração, e fortalecer o engajamento dos ministérios ligados ao desenvolvimento territorial e uso do solo.

8 - Atualizar o zoneamento ecológico econômico dos estados de modo a implementar o inciso II do art. 13 do Código Florestal, para ampliar as reservas legais em 50% com o objetivo de cumprir as metas de proteção à biodiversidade ou de redução da emissão dos gases de efeito estufa. (Linha de Ação 10.3.1)

9 - Aumentar a exigência de conservação de matas ripárias em bacias críticas por ato do chefe do poder executivo, como previsto no artigo 61-A do Código Florestal.

10 - Ampliar linhas de crédito agrícola de modo a incentivar a conservação de excedente de reserva legal em áreas críticas do Cerrado. (Linhas de Ação 12.4.1 e 12.4.2)

# Informações gerais sobre 4ª fase do PPCerrado

